



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Ao sétimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, em Sessão Ordinária, nas instalações da sede (Santa Maria Maior), localizadas na Rua Conde da Aurora, n.º 689, 4900-443 Viana do Castelo, tendo a mesma sido presidida por António Rui Viana Fernandes da Ponte (Presidente da Mesa da Assembleia) e secretariada por Maria da Glória Lourenço (1ª secretária) e Rita Joana da Silva Guerreiro (2ª Secretária).-----

O Executivo da União das Freguesias fez-se representar por José António Gonçalves Ramos (Presidente), António José Rodrigues Soares Basto (Secretário), e pelos Vogais Luis Ramiro, Manuel Júnior, Vítor Silva, Maria Rosa Ferreira Pinheiro de Almeida Figueiredo.-----

Justificou a ausência Amadeu Bizarro (Tesoureiro), por motivos familiares.-----

Conforme Folha de Presenças (documento n.º. 3), compareceram os membros da Assembleia Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, Carlos Manuel Alves Tavares, Fernando Domingos Afonso de Miranda, Francisco Carvalhido, Hugo Manuel Fernandes Meira, Jaime Miranda Caridade, José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas, José Manuel de Castro Filgueiras, José Maria Amieira Flores, Mafalda Sofia Araújo dos Santos Oliveira, Manuel Américo Matos Carvalhido, Maria Eugénia Correia de Castro Jácomo, Mariana Pinheiro Coutinho de Almeida, Rogério Manuel de Amorim Barros, Rui Manuel Pimenta Salgueiro, Tiago Fernandes Oliveira.-----

Verificou-se a ausência justificada de Sara Cristina Meira Brota, a qual foi substituída, por Francisco Carvalhido (documento n.º. 4).-----

O Presidente da Mesa informou que a Sessão não seria gravada, por motivos alheios à nossa vontade, tendo avariado um dos elementos quando se procedia à montagem, e procedeu à leitura da convocatória e Ordem de Trabalhos (documento n.º. 1).-----

ORDEM DE TRABALHOS:-----

A - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1º Aprovação da Ata n.º 5 da reunião da Assembleia Freguesia anterior;-----

2º Informação do Presidente;-----



- 3º Apreciação e votação, relativa ao Regulamento Tabelas e Taxas para o ano 2019;-----
- 4º Apreciação e votação, relativa às Grandes Opções do Plano, o Orçamento o Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de 2019;-----
- 5º Autorização para assinatura de acordos de Competências e celebração de contratos;-----
- 6º Autorização de assinatura de protocolos de acordos de execução e cooperação com outras entidades;---
- 7º Toponímia;-----
- 8º Autorização para outorgar registo Conservatória do Registo Predial;-----
- 9º Discussão de outros assuntos de interesse para a Freguesia.-----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

Foi apresentada a proposta do Executivo (documento nº. 2) para inclusão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, a qual foi dado conhecimento aos eleitos por email no dia anterior.-----

A proposta é a seguinte: Ponto 9 – Discussão de votação da mudança da Feira da Meadela para a sua antiga localização e o Ponto 9 passaria a ponto 10 - Outros assuntos de interesse para a freguesia.-----

A nova proposta de Ordem de Trabalhos foi lida e aprovada por unanimidade.-----

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

A.1 – Intervenções dos eleitos:-----

O **Presidente da Mesa** mencionou os vários trabalhos executados por iniciativa da última Assembleia:-----

26/9 em Meadela foi feita a apresentação do projecto de obras-----

1/10 existiu reunião relativamente à Feira da Meadela, levando à existência do ponto 9-----

15/10 a Comissão de Toponímia reuniu conforme se irá apresentar no ponto 7-----

19/11 Reunião Informal sobre questões de estacionamento / sentidos de trânsito-----

De seguida foi dada a palavra ao eleito **Carlos Tavares** que apresentou três questões. Primeira relativa ao Acordo Coletivo de Entidade Pública, celebrado pela primeira vez em 2013, com dois Sindicatos, com o executivo que integrou, através do acordo CDU/PSD, a primeira gerigonça da política portuguesa regional. Depois disso, nomeadamente após outubro de 2017, desconhece o que fez a Junta de Freguesia, pois também nunca se constatou qualquer informação do Sr. Presidente da JF sobre o assunto. Sendo assim coloca duas perguntas: **a)** Está em vigor algum ACEP? **b)** Quantos trabalhadores estão abrangidos?. Segunda questão: Relativamente à árvore do SLAT que foi iluminada por vinte e tal anos, tomou conhecimento da comunicação pública da Srª Vereadora da Cultura, alegando “razões ambientais” para justificar que este ano não será iluminada.



Ora, não são referidas quais as “razões ambientais” desconhecendo-se se a existência de qualquer informação ou relatório técnico que fundamente essa decisão. Daqui se podem concluir duas coisas: A) ou se trata de um bluff. As razões aludidas não são verdadeiras e a Câmara não quer fazer ou não tem dinheiro. Neste caso, trata-se de uma inverdade e falta de competência. B) Há efetivamente um problema ambiental a árvore pode estar a colocar em risco a segurança dos utentes da USF, dos transeuntes e das viaturas que circulam na estrada nacional. Neste caso há negligência e dolo. A Junta de Freguesia deveria esclarecer se a árvore corre o risco de cair.-----

A terceira questão refere-se à entrevista do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, ao Jornal Alto Minho, recentemente. De onde se presume haver dificuldades no relacionamento entre o Sr. Presidente da JF e o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Parece-me que o Sr. Presidente da JF e a CDU chegaram agora às conclusões que eu já retirara no mandato 2013-2017: O Sr. Presidente da Câmara e o PS nunca levaram a sério, nem deram a devida importância a esta Assembleia de Freguesia e à Junta de Freguesia, que deveriam ter outra relevância. O executivo também tem responsabilidade, por nunca ter assumido uma posição afirmativa e determinada na defesa dos interesses das nossas populações e dos órgãos eleitos desta Freguesia. **Francisco Carvalhido** interveio questionando as passadeiras ao lado do Continente, pois a Junta tem que pressionar mais para a Câmara Municipal atuar. É um local de muitos acidentes onde inclusive morrem pessoas. Aquelas passadeiras poderiam ser elevadas, isto porque a rotunda que irá ser feita nesse local não irá tirar a velocidade com que os automóveis lá passam.-----

O **Presidente da Mesa** apresentou um **voto de pesar pelo falecimento do cidadão Francisco Ferreira da Cruz** (documento n.º. 5), **subscrito pelo próprio, mas que foi também subscrito por todos os Agrupamentos Políticos desta Assembleia, o qual foi aprovado por unanimidade.**-----

Foi apresentada uma **Moção** pelo eleito **Hugo Meira**, do CDS, com o título **“Para a sensibilização do Município de Viana do Castelo e acerca da sua falta de visão estratégica”** (documento n.º.6).-----

Ana Margarida Silva participou esclarecendo que há opiniões para todos os gostos e ainda bem, pois tem conhecimento de críticas noutras cidades por se colocar a iluminação demasiado cedo. Antecipando o seu voto deixou claro que considerava o documento apresentado como exagerado e redutor.-----

Hugo Meira justificou que a Moção não tratava apenas da situação de iluminação de Natal. Trata também dos elementos económicos que não são consultados para estes assuntos. Discorda quando se considera que a iluminação não é o que poderá trazer gente à cidade, quem quer provas disso pode verificar que até em Valença havia milhares de pessoas ao frio a tirar fotos. Sendo desta forma que se coloca iluminação na



cidade, numa quinta à noite, que não tem lógica nenhuma, este documento vem a ilustrar exatamente isso, uma demonstração de falta de coordenação estratégica.-----

Ana Margarida Silva contestou realçando que não era isso que estava no documento, que o documento apenas reporta às iluminações de Natal, não se refere à falta de coordenação estratégica com comerciantes.-----

Hugo Meira justificou que não estavam inumerados no documento, mas apela-se para que em eventos futuros se realizem de forma estudada.-----

A Moção foi rejeitada com 4 votos a favor, 13 votos contra e 2 abstenções.-----

Presidente da Junta respondeu às várias questões apresentadas até ao momento. Quanto ao acordo coletivo, anteriormente assinado com 2 Sindicatos, continua válido. Deduz que todos os trabalhadores estejam sindicalizados. Relativamente à árvore do SLAT, se a Vereadora transmite que não é possível é porque não será, provavelmente não foi extensiva nos factos que levaram a isto, mas a Junta pode pedir esse esclarecimento. Em relação à sua entrevista, nada do que tenha dito difere do que tem sido dito em Assembleia. Se Carlos Tavares considera que a Junta deveria ser mais assertiva, o Presidente da Junta considera que não há prejuízo para os fregueses porque a Câmara zela também por estes, mas sim, de facto, o Município deveria considerar a Junta como uma mais-valia e não como adversário. Para esclarecer a questão de Francisco Carvalhido, o Presidente aponta que há semáforos que não funcionavam e já estão a funcionar e mesmo assim há acidentes. Por questões técnicas, pode até verificar-se várias alternativas para locais específicos, mas há muitas vezes a questão de estarem mal iluminados. Na Avenida Humberto Delgado por exemplo, é um desses lugares, visto que em certos sítios as luzes deveriam iluminar mais as passadeiras.-----

Carlos Tavares esclareceu que não responsabilizava o Presidente da Junta pela entrevista, mas sim que se reconhece na entrevista que 2018 tem existido um atraso no desenvolvimento. Acusa a Câmara por não haver acompanhamento da Junta.-----

Tiago Oliveira intervém quanto à questão da iluminação de Natal, pois considera que a Vereadora pode não ter sido a mais feliz a comunicar e por isso solicita que se peça o parecer técnico que levou a esta decisão.-----

O Presidente da Junta concordou e ficou de fazer a solicitação do parecer técnico.-----

Foi apresentada uma proposta pelo Agrupamento do PSD, sobre **“Convento de São Francisco do Monte – Proposta de classificação patrimonial”** (documento n.º.7), a qual foi **admitida por maioria com 2 abstenções**.-----



José Carlos Freitas defende que o convento é um ex-libris da cidade, está ao abandono, mas há algumas reservas como o não se saber se a Junta ou nós, membros eleitos, têm o poder de classificar um imóvel privado como classificação de património. Apesar de não ser reversível a situação, pois na zona envolvente estão a proceder ao desbravamento, o Convento tem certos muros que já ruíram. No entanto, ninguém quer ver o Convento transformado num conjunto de pedras.-----

Carlos Tavares acredita que se deve verificar o procedimento administrativo e criar uma comissão para por isto a andar e dar apoio ao executivo.-----

Tiago Oliveira esclarece que houve um problema de abate de árvores que levou às quedas mencionadas. Mas pode fundamentar o processo de classificação, pois é um património edificado que pode entrar em várias classificações. Nada impede à Junta que tenha uma comissão para dar apoio.-----

Presidente da Junta constata que é de bom-tom antes de avançarmos com as coisas chamarmos pelo nome. Agora que o Convento está assim, será para ficar para memória futura. O IPVC é o proprietário daquilo. Sugere assim à Assembleia que aceite a proposta para ter conversa com o IPVC para a Junta se inteirar deste assunto.-----

Rui Viana sugeriu, como eleito, é que o ponto 1 da Moção passe a ser um estabelecimento de contacto com o IPVC para se verificar esta questão.-----

A **proposta** foi colocada a votação com **alteração do ponto 1 como "contactar o IPVC"**, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

Presidente da Mesa pediu para enviarem o documento corrigido para se avançar com este.-----

A.2 - Intervenção do Público:-----

Interveio o cidadão **José Borlido**, residente na Meadela, para congratular relativamente aos semáforos da R. da Igreja que estão colocados ao serviço. Aponta que algumas passadeiras da Meadela estão de facto mal iluminadas e que no Continente a luz está apagada, se foi o continente que desligou, então o Município devia colocar lá algum. A parte técnica tem que apurar esta situação de mal funcionamento dos semáforos. Para além disso ficou a saber pelo Jornal Aurora do Lima que está feita a instalação de um posto de transmissão e gostaria de saber se de facto é uma obra já realizada ou para fazer junto à rotunda do Melro.-----

Presidente da Junta menciona que já teve oportunidade de falar pessoalmente com o Sr. Borlido e lhe deu explicação relativamente aos semáforos. Mas para conhecimento de todos informa que esta situação dos semáforos não é somente na Meadela. Como não existem muitas empresas que trabalham nesta área a nível nacional, os grandes centros urbanos têm contratos com estas empresas, com penalizações muito



graves se os problemas não forem resolvidos de imediato. Mas cidades como Viana, só têm intervenção quando há oportunidade, após os grandes centros. As baterias que foram aplicadas na Meadela, se forem à vida, deveriam entrar em modo de energia solar. No município há uma pessoa encarregue de verificar esta situação para que se resolva. Quanto ao posto de transformação desconhece este assunto, mas irá averiguar.-----

O cidadão **José Borlido**, residente na Meadela, constata que de facto não deverá ser o executivo a resolver isto, mas sim a pressionar para haver esta resolução.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

B.1 - Aprovação da Ata nº 5 da sessão da Assembleia de Freguesia anterior (documento nº. 8); **Aprovada por maioria com 3 abstenções.**-----

Presidente da Junta aproveita para esclarecer, que tem havido pareceres no sentido que os eleitos que não estiveram presentes na Assembleia anterior não podem votar contra ou abster-se, visto que não estiveram presentes.-----

B.2 - Informação do Presidente (documento nº. 9);-----

Intervenção do **Presidente da Junta** com apresentação da Informação.-----

Carlos Tavares reitera que esta informação deve melhorar, visto que se trata de uma listagem de acontecimentos, em algumas é compreensível, mas noutras deveriam ter algumas notas. No ponto "Reunião de Município" por exemplo, de que forma o orçamento do Município irá reverter para a Junta. Quando há situações de âmbito social, carência, essa informação deveria estar explícita. Esta informação financeira é muito redutora, este quadro deveria ser mais detalhado já que a Junta é obrigada a enviar para o Tribunal de Contas.-----

Presidente da Junta esclarece que a Reunião de Município é uma explanação para os presentes. As Reuniões de Comissão Social de freguesia têm sempre o mesmo formato. Relativamente ao apoio social, já foi referido que requer de deliberações do executivo. Por exemplo coloca-se em reunião de executivo casos como de um senhor que não tinha possibilidade de pagar a eletricidade, nós em Santa Maria Maior fazemos isso, sendo que na Meadela são os Vicentinos e em Monserrate é a Cáritas. A questão do mapa financeiro, em termos legais, só se é obrigado a colocar o saldo.-----

Tiago Oliveira intervém falando de uma boa prática do Eng.º José Maria Costa que coloca 3 pontos essenciais do que foi abordado.-----

Presidente da Junta aproveita para mencionar que considera a Informação do Presidente da Junta mais esclarecedora que a do Município.-----



B.3– Apreciação e votação, relativa ao Regulamento Tabelas e Taxas para o ano de 2019 (documento n.º 10);-----

Presidente da Junta expõe que tanto o regulamento como as taxas não sofreram qualquer alteração ao ano anterior. Aumentar taxas é aumentar o custo de vida.-----

Carlos Tavares questiona se existe o Atestado de insuficiência económica, porque não verifica com esse nome.-----

Presidente da Junta responde que não existe nenhum assim, visto que se passa este atestado com base em documento de renda e IRS. O Presidente de Junta é obrigado a passar qualquer atestado, no máximo pode pedir para apresentar 2 testemunhas.-----

Carlos Tavares questiona se este atestado não deveria aparecer na tabela de taxas.-----

Presidente da Junta esclarece que estes atestados estão em regulamento como isentos de taxa.-----

A proposta apresentada pelo Executivo obteve o seguinte resultado: A favor: 19 votos, contra: 0 votos e abstenções: 0 votos. **Aprovada por unanimidade.**-----

B. 4 - Apreciação e votação, relativa às Grandes Opções do Plano, o Orçamento o Plano Plurianual de Investimentos e o Quadro de Pessoal para o ano de 2019 (documento n.º 11);-----

Presidente da Junta explana que o ano de 2018 não foi bom para a União das Freguesias. As solicitações foram resolvidas. A intenção de fazer mais é que ficou por levar. Este documento volta a ser idêntico ao ano anterior e fica no contexto das Grandes Opções do Plano Municipal.-----

O Presidente da Junta passou à leitura do documento do investimento relativo ao Município.-----

Presidente da Junta continua afirmando que há que recuperar o tempo perdido. É na lei da reorganização administrativa que se prendem muitas questões. Os acordos são fundamentais para esta e restantes juntas. Os municípios atualizam os valores com os parceiros, como de limpeza, e estes têm vindo a aumentar. É bom para o cidadão ter protocolos com o município para se chegar a consenso de custos, porque tudo depende de deliberações que o município possa definir. No mandato de 13/17 a Junta, entusiasmada, para ir ao encontro de anseios da população, ficaram muitos trabalhos sem participação do município, apesar de os reconhecerem. Portanto em 2019 será possível ter a execução que não houve em 2018. Foi cumprido o estatuto de oposição, estão as sugestões de todos.-----

Carlos Tavares confirma que basicamente é como o Presidente da Junta diz, é um processo de continuidade. As propostas constam no documento e estas mantêm-se e por já serem de há 5 anos nasce uma constatação de que não serão realizadas, como a questão de o Viaduto do Carmo ter condições para mobilidade reduzida. Reportando a uma situação que tem sido falada aqui, pelo Dr. José Manuel Cunha,



relativamente à extensão do posto de saúde de Meadela, constata-se que anualmente este item está aqui e não há registos que tenha forma de avançar. Não existe nenhuma equipa de médicos/enfermeiros criada voluntariamente para a Unidade de Saúde Familiar. Para além de que se desconhece quantos utentes terão de ser colocados para ser possível esta unidade de saúde. Ou quais as condições físicas deverá ter a atual Casa do Povo para ter esta infraestrutura. Ou de que forma estarão os representantes da Casa do Povo disponíveis para negociar ou renegociar este contrato. O eleito questiona se este assunto tem pernas para andar ou andamos a criar expectativas de algo que não é concreto. Apresenta ainda a preocupação com os ecopontos que estão normalmente cheios e faz as pessoas depositarem lixo no chão. Para além de que respeitante às águas balneares como a praia do Coral que é classificada como praia para cães e deve ser devidamente identificada. Ou a praia da Argaçosa que tem esgotos a desaguar, portanto estas águas não podem ser qualificadas para banhos. A Junta de Freguesia deve tomar uma posição porque a praia não tem condições de salubridade, deveria sim ter placa a identificar que a praia não deve ser usada.-----

Hugo Meira identifica as “Grandes Opções do Plano” como um documento que peca por vontade de se comprometer e em que existe uma série de coisas que deveriam ser aprofundadas. Primeiro assinala que se devia tentar evitar ao máximo a referência exclusiva a Escola Pública, pois todas as Escolas têm o mesmo objetivo de educar as nossas crianças. Segundo constata uma falta de conteúdo e propostas, como falta de propostas concretas para a Juventude. Terceiro ponto a ter em atenção é o Ambiente e Salubridade, como o apanhar dejetos caninos, visto que se deve criar condições para isso, deviam voltar a colocar estes equipamentos em prol da população. Quarto ponto sobre o Plano é que este deveria ser mais ambicioso, porque o Executivo é composto também pelo PS e as nossas freguesias devem ser respeitadas e ouvidas, faltam mais propostas concretas.-----

José Filgueiras constata que o Executivo delineou bem as opções e estas refletem os anseios da população. Acredita que se trata de um Plano ambicioso e de difícil execução, tendo em conta que o Plano de 2018 não foi bem recebido pelo Município e pelo Sr. Presidente. Deposita voto de confiança no Executivo para conseguir ultrapassar estes desafios em 2019.-----

Presidente da Junta julga que devem manter a vontade de concretizar os planos anteriores, porque se forem retirados, será esquecido. Relativamente à praia do Coral e da Argaçosa têm sempre aviso Edital, mal abre a época balnear, a avisar que as pessoas vão para a água sobre sua responsabilidade. Quanto à Unidade de Saúde Familiar, estas são constituídas por corpo clínico que manifeste interesse. Mas um Centro de Saúde já não tem essa questão, visto que se o Centro do Alto Minho delibera que se quer colocar esse edifício para efeito, assim o faz. A questão é que o sítio em que está instalado é uma extensão



do Centro de Saúde de Viana. A Casa do Povo mostrou-se favorável a melhoria de instalações enquanto se mantivesse lá uma extensão, assim a responsabilidade de estas obras ainda não terem acontecido deverão ser pedidas à ULSAM. Relativamente à Higiene e limpeza, este é um assunto que se tem que falar diariamente com os Serviços Municipalizados. Para responder concretamente à questão colocada da designação de Escola Pública é apenas porque há obrigações para com esta, não está em causa desprestigiar outros estabelecimentos de ensino. As propostas em falta para a Juventude como observado é designadamente um campo que a Junta se predispõe a apoiar as que sejam facultadas. Respondendo à questão dos dejetos caninos e papeleiras, a Junta já esclareceu que não serão colocados mais e que as que desaparecem devem ser localizadas e remeter a informação para que se verifique solução.-----

Tiago Oliveira esperava que o PS no Executivo trouxesse uma energia renovada e esclarece que no documento o que está escrito é USF.-----

Carlos Tavares confirma que de facto está escrito USF e que deve ser esclarecido que se trata de melhorar o que está ou de criarem uma USF.-----

Ana Margarida Silva como elemento do PS que foi apontado esclarece que a criatividade que o documento possa ou não ter, não é questão e que é importante é manter e dar continuidade aos problemas identificados para encontrar a sua resolução. Para além de que obviamente só haverá uma candidatura de equipa médica depois de haver uma intenção de haver uma USF. Afirma que não se pode responsabilizar a Câmara Municipal por tudo e os colegas dos outros partidos políticos têm que perceber que assim como várias responsabilidades não são da Câmara, este caso da USF não é da responsabilidade da Junta.-----

Presidente da Junta esclarece que a Unidade de Extensão de Saúde tem a ver com as questões que o Ministério de Saúde já decidiu e assim irão pugnar para que uma destas seja na Meadela. Mas se, porventura, instalarem um Centro de Saúde, existirá o mesmo tratamento para os utentes, a nível administrativo é que é diferente. O Plano não tem criatividade porque foca-se em manter as intenções.-----

A proposta apresentada pelo Executivo foi **aprovada por maioria**, obteve o seguinte resultado: A favor: 15 votos, contra: 0 votos e abstenções: 4 votos. Declaração de voto apresentada por José Carlos Freitas (documento nº 17).-----

B. 5 - Autorização para assinatura de acordos de Competências e celebração de contratos (documento nº. 12);-----

Presidente da Junta apresentou o Ponto 5 e o Ponto 6 relativamente às delegações de competências, esclareceu que são aquelas que terão que trabalhar com o Executivo e ainda não foram renegociadas. Os contratos que têm de delegações de competências são celebrados em função do valor que se recebe.-----



Hugo Meira sendo previsível nestas questões, mantem a posição, visto que não concorda com estas delegações de competências. Seria favorável se lhe dissessem que é um documento para renegociar. Gostaria que houvesse possibilidade desta Assembleia de verificar o que se pretende e assim fazer depois renegociações, senão tratasse de uma imposição do Município, o que o levará a votar contra.-----

Carlos Tavares apresentou que o que o levava a votar contra é a questão da impossibilidade de avaliar, por exemplo através de estudos prévios que deviam ser feitos ou as minutas de contrato. Considera este documento não é suficientemente transparente, porque deveria colocar em causa os custos e assim ter os estudos prévios que deveriam ter sido feitos.-----

Presidente da Junta justificou que o que está apresentado é como está estipulado em lei. Quem quiser verificar as alíneas, pode ver que o que se pede é autorização para renegociar. No fundo apenas se está a renovar a autorização dos eleitos para o que haverá em 2019.-----

Tiago Oliveira deixa a sugestão para no próximo ano ser-se mais construtivo, colocando em anexo as informações de tudo que foi renegociado, o que está por trás e/ou previsto, para entender se não estamos a dar autorização para tudo sem renegociação.-----

José Flores perante isto questiona aos colegas eleitos então qual será a função do Executivo. Se não é para estar disposto e disponível para negociar. A função do Executivo é estar autorizado para efetivamente conduzir estas negociações.-----

Presidente da Junta chama a atenção que não gosta de exibições na Assembleia de Freguesia. Pois se existem dúvidas, a Junta está aberta todo o dia e disponível, assim como toda a informação está disponível na página.-----

Hugo Meira justifica que é uma questão de ter opinião em plena Assembleia sobre o que está a ser discutido.-----

Presidente da Junta informa que quanto às negociações se existirem questões maiores ou que apresentam dificuldade de decisão, de facto, esses casos serão colocados na Assembleia para se decidir.-----

Hugo Meira argumenta que freguesias como Areosa ou Geraz do Lima têm maior apoio do município que a Junta de Viana.-----

Presidente da Junta responde que há que ter base de apoio para nos fundamentarmos, pois quando há algo a dizer do Município diz-se, mas a Junta que tem mais delegações de competências é a maior.-----

A proposta apresentada pelo Executivo foi **aprovada por maioria**, obteve o seguinte resultado: A favor: 15 votos, contra: 4 votos e abstenções: 0 votos;-----



Foi colocado a votação pelo Presidente da Mesa se a Assembleia continuava mais 30 minutos, visto que já era meia-noite ou se procediam à suspensão de trabalhos. Por unanimidade foi decidido que continuaria e o Presidente da Mesa iria questionar novamente à meia-noite e meia hora se continuam a ordem de trabalhos ou procediam à sua suspensão.-----

B. 6 - Autorização de assinatura de protocolos de acordos de execução e cooperação com outras entidades (documento n.º. 13);-----

Presidente da Junta esclarece que tinha sido tudo falado durante o ponto 5.-----

A proposta apresentada pelo Executivo foi **aprovada por maioria**, obteve o seguinte resultado: a favor: 13 votos, contra: 3 votos e abstenções: 1 votos. Ausentaram-se dois eleitos (Maria Eugénia e Américo Carvalhido).-----

B. 7 – Toponímia (documento n.º. 14);-----

Presidente da Junta lembra que a 22 de outubro foi enviado e-mail relativamente a esta questão. Não se pode simplesmente retirar nomes a umas Ruas e colocar a outros, este é um resultado da Comissão de Toponímia que reuniu e chegou a conclusão que se traduz em ata e está assim presente em Assembleia de Freguesia.-----

A proposta apresentada pelo Executivo foi **aprovada por unanimidade**, obteve o seguinte resultado: A favor: 18 votos, contra: 0 votos e abstenções: 0 votos. Aprovada por unanimidade. Um dos eleitos regressou (Maria Eugénia), outro permaneceu ausente (Américo Carvalhido).-----

B. 8 – Autorização para outorgar registo na Conservatória do Registo Predial (documento n.º. 15);-----

Presidente da Junta explica que está registado nas Finanças, mas não no Registo Predial. Conforme forem surgindo as possibilidades, pede-se assim a autorização para o Presidente da Junta, José Ramos, outorgar na Conservatória esta escritura.-----

A proposta apresentada pelo Executivo foi **aprovada por unanimidade**, obteve o seguinte resultado: A favor: 18 votos, contra: 0 votos e abstenções: 0 votos. Aprovada por unanimidade.-----

B. 9 - Discussão e votação da mudança da Feira da Meadela para a sua antiga localização (documento n.º. 16);-----

Presidente da Mesa apresenta que após Reunião feita na Junta, foi elaborada uma ata e enviada ao Sr. Presidente e Vereador Luís Nobre e esta não foi contestada. Ficou assim de se marcar uma reunião que ainda não foi agendada.-----

Presidente da Junta menciona na última Assembleia ficou decidida uma Reunião para apresentar um trabalho ao Município do que foi decidido relativamente à localização para a Feira da Meadela. Depois de



ter ata e prevendo esta próxima reunião, foi falando e procurou que a reunião com o Vereador Luis Nobre e o Sr. Presidente se desse, mas, no entanto, não foi possível ainda ser agendada devido aos vários afazeres. Mas, após conversa com o Sr. Vereador, este ponto teve de ser acrescentado à ordem de trabalhos, para se poder clarificar esta situação. Existiu uma prontificação do Sr. Vereador para verificar o documento que está efetuado e enviado à Câmara. Desde que a Feira teve a localização alterada temporariamente, este assunto já esteve muito em discussão e a verdade é que esta alteração seria temporariamente e ainda não existiu qualquer alteração. No fundo todos estão de acordo que a Feira não pode é continuar onde está. Assim pede-se o voto para a Feira voltar ao seu local de origem.-----

Carlos Tavares constata que para o PSD existir uma conclusão é uma vitória. Se comprovado que depende de uma decisão da Assembleia de Freguesia, quer reforçar que aparentemente parece haver uma solução.

José Carlos Freitas verifica que este é um problema que finalmente tem conclusão após 17 anos e já tantas vezes discutido. A partir do momento que não existiu um grupo de trabalho para verificar as várias possíveis soluções, não podemos concluir e os eleitos do PS mantêm as reservas que sempre tiveram. Não havendo um estudo prévio, não há possibilidade de discordar ou concordar com esta conclusão. Primeira reserva que existe é que o grupo de trabalho que reuniu foi apenas para cumprir agenda, porque, na verdade, o que saiu de lá foi o mesmo do que já havia sido sugerido pelas forças políticas presentes. Em segundo, tem que haver um plano de dinamização do espaço para manter este e também existir salubridade, como intervenções de manutenção para o espaço ter as condições exigidas pelo séc. XXI. Assim, posto isto, os eleitos do PS terão que se abster. Estando representados em minoria não poderíamos impedir aprovação, mas temos que deixar a nossa posição bem esclarecida.-----

Presidente da Mesa questiona novamente se continuam a ordem de trabalhos ou procediam à sua suspensão visto que já passava da meia-noite e meia hora e por unanimidade continua-se a Assembleia.----

Fernando Miranda considera que já se verifica luz ao fundo túnel. E esclarece que as casas de banho existem e não estão obsoletas.-----

Hugo Meira responde que o grupo de trabalho não foi só para cumprir calendário. No entanto os eleitos mantiveram as suas opiniões e estiveram lá presentes e colaboraram.-----

Francisco Carvalhido questiona se a Câmara Municipal de Viana querará fazer o projeto e espera que não o queiram atrasar.-----

Rogério Barros fica satisfeito por esta novela finalmente ter fim.-----

Rui Viana discorda que a reunião tenha sido só por agenda. As conclusões foram 5 questões colocadas à Câmara e não se obteve resposta do Município. Procedeu à leitura das questões colocadas em ata da



reunião e sublinhou que a nada existiu resposta. Para última questão, relativamente à autoridade da Assembleia para tomar uma decisão, existiu uma resposta via telefone, daí a existência e inserção deste ponto em Ordem de Trabalhos.-----

Ana Margarida Silva argumenta que o que se deveria ter feito, seria antes do grupo de trabalho assumir que não haveria possibilidade para trabalhar noutras soluções. Porque o único que esteve disponível para fazer um estudo prévio das soluções foi o PS. Os restantes partidos deviam ter assumido esta posição e inviabilizar o grupo de trabalho.-----

José Flores verifica que não esteve presente na última Assembleia, mas na anterior a essa já se tinha abordado esta questão e na altura já se tinha assumido que as decisões/opiniões estavam bem formadas e definidas.-----

Hugo Meira conclui que o grupo de trabalho traçou questões ao Município e finalmente desbloquearam o processo, houve efetivamente trabalho.-----

Presidente da Junta termina afirmando que já se tinham verificado as opiniões e muito questionado, mas nunca houve coragem para ser decidido. Foi comunicado ao Município para verificar a vontade de nos receber e enviou-se a ata.-----

A proposta apresentada pelo Executivo foi **aprovada por maioria**, obteve o seguinte resultado: A favor: 13 votos, contra: 0 votos e abstenções: 5 votos.-----

B. 10 - Outros assuntos de interesse para a freguesia:-----

Presidente da Junta apresentou que foi feito o pedido de licenciamento do edifício da Rua da Ajuda, ainda não tem resposta. Relativamente ao problema de acessos para pessoas com dificuldades motoras, no polo da Meadela ficará resolvido com as obras e no polo de Santa Maria Maior irá ser possível dar resposta. Quanto à Avenida Humberto Delgado já se colocou a questão ao Vereador Nobre e aguarda-se resposta.---

Carlos Tavares aproveita que o ano está a concluir para mencionar que se faz um balanço positivo do mesmo.-----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO-----

Intervenção do cidadão **Carlos Meira**, residente na cidade de Viana do Castelo, questiona como é que a Câmara Municipal de Viana que não tem dinheiro para pagar às empresas irá fazer com as Juntas de Freguesia.-----

O Presidente da Mesa de Assembleia, Rui Viana, deu como concluída a Assembleia e solicitou autorização para aprovação da ata sob forma de minuta, que após lida foi aprovada por unanimidade.-----



----No final, depois de lida a presente ata, composta por catorze folhas devidamente numeradas e rubricadas, a Assembleia de Freguesia deliberou aprová-la e vai ser assinada por quem a presidiu, Rui Viana, e por Maria da Glória Lourenço e Rita Guerreiro, que a secretariaram.-----

----A reunião foi encerrada à uma hora e dez minutos.-----

O Presidente _____ (António Rui Viana Fernandes da Ponte)

O 1º Secretário _____ (Maria da Glória Lourenço)

O 2º Secretário _____ (Rita Joana da Silva Guerreiro)